

São Paulo, o estado mais rico da Federação, paga menos que isso. São Paulo paga 12% a menos do que o piso nacional salarial. Por isso que nós ganhamos na Justiça uma ação que foi parar no Supremo Tribunal Federal. Ganhamos em todas as instâncias aqui em São Paulo. No final, o ano passado o governador Alckmin recorreu, foi ao Supremo Tribunal Federal e suspendeu, interceptou esse reajuste de 10,15%, dizendo que isso causaria um caos na economia do Estado, nas finanças do Estado.

Mas ele, na verdade, não debateu a questão, não colocou para a Cármen Lúcia na época que havia uma desoneração de mais de 20 bilhões de reais para o setor privado, os grandes frigoríficos, as grandes mineradoras, a Ambev, empresas do agronegócio, recebendo isenções fiscais no estado de São Paulo. O próprio Tribunal de Contas reclamou, falou que isso é um absurdo, que não tem transparência, não tem retorno para o estado de São Paulo.

Ai isso não coloca em risco as finanças do estado, mas quando é para dar reposição das perdas inflacionárias para os servidores, para os professores, daí o governo diz que vai colocar em risco as finanças. Um verdadeiro absurdo.

Concluo a minha fala, Sr. Presidente, dizendo que nós estaremos aqui fazendo um grande movimento, e convencendo. Tenho certeza de que uma boa parte da Assembleia Legislativa vai entender que essa reforma nefasta e perversa é a reforma dos banqueiros, dos especuladores e dos rentistas da dívida pública, e não dos trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para registrar o voto contrário, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Voto contrário de V. Exa. ou da bancada do PSL?

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Meu, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - De Vossa Excelência? Está registrado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para registrar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário de Vossa Excelência.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente. Para registrar voto contrário da bancada do Novo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Da bancada do Novo. Está registrado o voto contrário de Vossa Excelência.

Há sobre a Mesa requerimento de Urgência ao Projeto de lei nº 1.188, de 2019, de autoria do nobre deputado Márcio da Farmácia, que denomina Parque Maria Cristina Hellmeister de Abreu o parque Helena, na Capital.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a Mesa requerimento de inversão da Ordem do Dia, a fim de que:

1 - A matéria constante no item nº 2, PL 1.241, de 2015, passe a constar como item nº 1.

2 - A matéria constante como item nº 3, o PL nº 1.512, de 2015, passe a constar como item nº 2.

3 - Renumerando os demais itens.

Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item nº 1 - Votação adiada do Projeto de lei nº 1.241, de 2015, de autoria do nobre deputado Marcos Zerbini.

Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para declarar voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário de Vossa Excelência.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente. Declarar voto contrário da bancada do Novo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário da bancada do Novo.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para declarar voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário de Vossa Excelência.

Pela ordem, nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Para declarar voto contrário da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário da bancada do PSOL.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Declarar voto contrário da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está declarado voto contrário da bancada do PT.

Item nº 2. Votação adiada do Projeto de lei nº 1.512, de 2015, de autoria do nobre deputado Alexandre Pereira.

Em votação o item nº 1 do requerimento de método de votação.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Pra encaminhar pelo PSL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Pode encaminhar em nome da liderança do PSL o item nº 1 do requerimento de método de votação.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL – SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., os colegas presentes, funcionários da Casa, os visitantes, o pessoal do MBL ali. O pessoal do Lula Livre também, meus cumprimentos. É a Casa do povo, que vem com suas ideias, que têm que ser respeitadas, concordantes ou não.

Sr. Presidente, eu só gostaria de justificar os votos contrários nesta tarde, para não gerar nenhum tipo de situação com relação aos colegas. No que diz respeito à Comissão de Representação da deputada Erica... Todos nós temos muito orgulho da deputada Erica, reconhecemos sua luta, seus méritos. O que chamou a atenção da bancada do PSL foi o fato de serem muitos pedidos de Comissão de Representação, com o ônus para a Casa.

Então, para que a população nos compreenda, e não tire nenhum tipo de conclusão precipitada, é importante explicar que a deputada, quando viaja em Comissão de Representação com ônus para a Casa, ela não paga as despesas com a verba do gabinete.

Às vezes as pessoas pensam assim: "Não, mas todo deputado tem uma verba". No caso, são 33 mil reais que o gabinete tem disponível para pagar despesas. Quando a deputada pede a comissão com ônus para a Casa, ela não utiliza os 33 mil reais para pagar as despesas. Ela pede reembolso pela Casa, o que significa que ela tem os 33 mil reais para suas atividades e ainda está utilizando dinheiro da Casa para essas viagens. São viagens importantes? Só a colega pode avaliar, como todos os outros têm essa liberdade.

A questão é que a colega tem feito esses requerimentos com muita frequência. Então, a sensação que nós temos - até posso pedir aqui, podemos até peticionar solicitando - é de que toda semana existe um pleito dessa natureza. Ontem, no Colégio de Líderes, nós percebemos que todos esses pleitos são com ônus para a Casa.

Então, é necessário fazer esse esclarecimento para que a população não pense que é algum tipo de situação com a colega. O problema foi a frequência dessas solicitações, que chamou a atenção dos líderes, na data de ontem, e nós entendemos que é importante fazer o registro.

Há de haver alguma limitação para isso. São 33 mil reais disponíveis no gabinete que não estão sendo utilizados para esse fim; e a Casa reembolsando. Se fizemos uma somatória, talvez a colega esteja gastando além, muito além desse valor, que já é um valor muito significativo. Estou fazendo esse esclarecimento para que não haja nenhum tipo de ilação com relação ao nosso voto contrário.

Com relação ao voto contrário ao projeto do deputado Zerbini, quero deixar claro que não é nada com relação ao colega. Muito pelo contrário, tenho o maior respeito pelo colega. O projeto do colega prevê que associações e sindicatos poderão doar terrenos para a construção de conjuntos habitacionais, o que é algo nobre também. Por que, então, votei contra? Votei contra e até pedi verificação na semana passada pelo fato de ter um dispositivo dizendo que esse sindicato ou essa associação que doa o terreno poderá indicar as pessoas que terão prioridade para morar no conjunto habitacional.

Acredito que não seja esse o intuito do colega, mas sinto que pode haver algum tipo de distorção na hora de implementar esse projeto. Então, quero justificar, não é nada pessoal com o colega, a quem eu renovo aqui os meus protestos de elevada estima e consideração. E o mesmo com relação à deputada Erica.

Ao projeto que será votado agora, também vou registrar voto contrário. Pedi verificação por duas semanas seguidas. Trata da criação de uma categoria de atleta em jogos virtuais. Fiz um estudo sobre esse projeto. Com todo o respeito ao deputado Alexandre, conversei pessoalmente com ele, expliquei que não é nada com a pessoa dele, mas esse projeto desagradava a gregos e a troianos.

Desagrada os jogadores desses jogos virtuais. Não tem nada a ver com jogo a dinheiro, são jogos virtuais, joguinhos de internet. Desagrada os jogadores, que não querem o estado regulamentando essa atividade esportiva. Desagrada as pessoas que são contra o jogo porque acham que pode gerar algum tipo de vício e assim por diante. Assim, eu não consigo entender a quem esse projeto atende. Todos os grupos que eu consultei, todos os pareceres que li, matérias na imprensa, são contrários a esse projeto.

Então, aqueles que teoricamente seriam atendidos, que seriam os atletas, não estão satisfeitos. Até cheguei a solicitar ao colega que viesse aqui defender o projeto e o colega entendeu que não deveria. Então, estou justificando aqui o meu voto contrário, porque durante a semana inteira houve muitos comentários: "Poxa, por que a Janaina está obstruindo projetos de deputados?" Como se eu estivesse, de alguma maneira, perseguindo os colegas.

Então, minha postura nunca é com relação à pessoa. Não importa o partido. Não importa mesmo. É com relação à temática. Quero deixar bem registrado que é um problema de mérito, e não com qualquer um de nossos colegas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Em votação o item 1 do requerimento de método de votação. Em votação o substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Esportivos, salvo parte destacada. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo da Comissão de Assuntos Esportivos e prejudicados o projeto, o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Emenda nº 1.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sr. Presidente, para registrar o já anunciado voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário de Vossa Excelência.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Sr. Presidente, para registrar voto contrário ao projeto e favorável às emendas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Sr. Presidente, para registrar o voto contrário da bancada do Novo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto de Vossa Excelência.

Em votação o item 2 do requerimento de método de votação. Em votação destacadamente o inciso IV do Art. 2º do substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Esportivos. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o destaque, prejudicados os itens 3, 4 e 5 do método de votação.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Administração Pública e Relações do Trabalho e Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 18 horas. E faço outra convocação para o mesmo fim às 18 horas e trinta minutos no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 78, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Administração Pública e Relações do Trabalho e Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, um minuto após a primeira convocação, a das 18 horas, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei Complementar nº 79, de 2019.

Faço também a segunda convocação para um minuto após as 18 horas e trinta minutos, quando terminar a reunião das 18 horas e 30 minutos, para apreciar também o Projeto de lei nº 79, de 2019.

Convocação. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, parágrafo 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término da reunião do Projeto de lei nº 79, de 2019, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer redação final ao Projeto de lei Complementar nº 77, de 2019.

O SR. PAULO CORREA JR - PATRIOTA - Sr. Presidente, havendo acordo de líderes, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Questiono os líderes se existe acordo para o levantamento da presente sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de líderes, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 02 minutos.

* * *

14 DE NOVEMBRO DE 2019 146ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e LECI BRANDÃO
Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Lê e comenta matéria jornalística sobre desobrigação de construção de escolas públicas, contida em PEC do governo federal. Acrescenta que a propositura é uma forma de transferir recursos orçamentários para a iniciativa privada. Defende a obstrução da medida, no Congresso Nacional. Informa que o governo municipal tem adotado política semelhante. Crítica o neoliberalismo. Ressalta a importância da Constituição Federal.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Cancela, em nome da Presidência efetiva, sessão solene convocada para o dia 22/11, às 20 horas, para "Comemoração do 142º Aniversário de São Caetano do Sul", por solicitação do deputado Thiago Auricchio.

4 - LECI BRANDÃO

Faz coro ao pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Comenta dados estatísticos do IBGE, sobre o preenchimento de vagas em universidades, por alunos negros. Defende a não restrição de direitos fundamentais, principalmente relacionados à Educação. Informa-se membro da Comissão de Educação e Cultura deste Parlamento. Crítica ajuste fiscal tendente a restringir direitos sociais.

5 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

6 - CORONEL TELHADA

Saúda municípios que aniversariam nesta data. Lembra experiência profissional em Lorena. Comenta reunião com o general Campos, secretário de Segurança Pública. Informa que estivera hoje, de manhã, no 4º Batalhão de Polícia de Choque. Exibe foto com sua esposa, em homenagem aos 41 anos de relacionamento. Discorre acerca de indicações ao Governo do Estado, em defesa de nomeações de aprovados em concurso público da SAP - Secretaria de Administração Penitenciária, e de remanescentes em concurso de telecomunicação. Argumenta a favor da elaboração de lista triplíce para o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Solicita à população que envie ideias, via email, para parlamentares, a fim de participar da atividade política.

7 - MAJOR MECCA

Comenta reunião realizada com o secretário de Segurança Pública, ontem. Lembra promessa do governador João Dória, sobre valorização salarial de policiais militares. Afirma que não há planejamento do governo estadual para cumprimento do prometido em campanha eleitoral. Reflete acerca de projeto de proteção social das Forças Armadas, em trâmite no Senado Federal.

8 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

9 - CORONEL NISHIKAWA

Lê e comenta matéria a respeito da elevação nos diagnósticos de diabetes. Discorre acerca de denominação de quartel, aprovada pelos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em homenagem a coronel bombeiro. Lembra que destina emendas parlamentares para a Saúde. Manifesta preocupação com o funcionalismo público.

10 - ERICA MALUNGUINHO

Crítica o deputado Douglas Garcia por discurso proferido na sessão ordinária de ontem. Rebate posição contrária, da deputada Janaina Paschoal, a requerimento para participar de comissão de representação. Reitera compromisso ético com este Parlamento. Acrescenta que no site desta Casa há informações sobre o uso de verbas parlamentares. Aduz que há tentativa de perseguição ao seu mandato.

11 - CARLOS GIANNAZI

Elogia a deputada Erica Mallunguinho. Crítica questionamentos à citada parlamentar, o racismo e a homofobia. Comenta proposta, do governo estadual, de modificação da carreira do magistério estadual. Assevera que a medida tende a induzir a renúncia de direitos. Lembra o não cumprimento da data-base salarial da categoria. Lembra projetos do governador João Dória contra servidores públicos.

12 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 18/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida a nobre deputada Leci Brandão para ler a resenha do Expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - Sr. Presidente, temos aqui dois ofícios do Excelentíssimo Sr. Governador.

São Paulo, 13 de novembro de 2019. Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a essa augusta Assembleia, por intermédio de V. Exa., que estarei ausente do País no período de 14 a 17 de novembro de 2019, em viagem aos Estados Unidos da América, de caráter particular. Informo, ainda, a V. Exa., que durante o meu afastamento assumirá a governança do estado o vice-governador, Dr. Rodrigo Garcia. Na oportunidade, reitero meus protestos de consideração e apreço. João Dória, governador do Estado.

O segundo ofício: Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a essa augusta Assembleia, por intermédio de V. Exa., que estarei ausente do País no período de 20 a 25 de novembro de 2019, em viagem aos Estados Unidos da América para cumprimento de agenda oficial. Informo, ainda, a V. Exa., que durante o meu afastamento assumirá a governança do estado o vice-governador, Dr. Rodrigo Garcia.

Na oportunidade, reitero meus protestos de consideração e apreço. João Dória, governador do Estado. Está lida a resenha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigada, Sra. Deputada. Vamos, portanto, para o Pequeno Expediente. O primeiro é o deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, nós estamos mais uma vez perplexos com um novo ataque do governo federal à Educação.

São vários os ataques, mas esse daqui, Sr. Presidente, deputado Telhada, deputada Leci Brandão, é demais. Vejam só os senhores: "PEC de Bolsonaro e Guedes desobriga Poder Público de construir escolas". Matéria hoje não só da "Folha de S. Paulo", mas de vários sites, de vários jornais.

Ou seja, o governo federal, o governo Bolsonaro, através do seu ministro da Economia, o Paulo Guedes, está apresentando uma PEC para mudar, para alterar a Constituição Federal acabando com uma obrigatoriedade do Poder Público brasileiro em construir escolas públicas na área da Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

É o que diz a PEC, essa proposta de emenda à Constituição. E ela vai mais longe essa proposta porque ela também exclui da Constituição o investimento para que o Brasil possa acabar de vez com as desigualdades regionais. São dois aspectos da PEC.

Primeiro, o governo não tem mais obrigação de construir escolas para os trabalhadores, para a população que não tem condições econômicas. A Educação é um direito social, é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, pela LDB, pelo Plano Nacional de Educação.

Esse direito fica praticamente inviabilizado se essa PEC for aprovada, mas o que mais me chamou atenção, deputados e deputadas, é que na verdade o governo vai transferir os recursos públicos da Educação para o setor privado. É uma forma de transferir dinheiro público para enriquecer ainda mais as instituições privadas de ensino, com as quais a irmã do ministro da Economia Paulo Guedes tem relações profundas.

Ela participa de uma associação, de uma entidade que congrega universidades privadas, particulares no Brasil. Então o governo ao invés de construir escolas, ele vai transferir o dinheiro público do orçamento da Educação para a iniciativa privada, como se fosse "voucher".

É o que o Bruno Covas, o prefeito de São Paulo, está fazendo agora, desviando dinheiro. Ele apresentou agora um projeto de lei que está tramitando na Câmara Municipal que transfere dinheiro público para escolas particulares.

Ao invés de construir creches e atender a demanda pela rede direta com profissionais de Educação concursados, com carreira, ele não. O que ele faz? Ele vai transferir dinheiro também público do orçamento da Educação para as escolas privadas da cidade de São Paulo nessa área de Educação Infantil para atender a demanda de creche. Então isso agora virou...

É a tese do neoliberalismo, do pensamento único. O Estado mínimo para os pobres na área da Educação e da Saúde e o Estado máximo para os empresários, para os ricos, para quem tem o poder econômico neste País. Esse é o neoliberalismo que está sendo instalado aqui no Brasil, mas é chocante, Sr. Presidente.

Essa proposta não pode ser aprovada, até porque ela muda totalmente a concepção do Estado brasileiro, da Constituição Federal de 1988. Isso aqui só poderia ser feito na verdade através de uma Assembleia Nacional Constituinte, porque se muda totalmente a função do Estado brasileiro.

Essa função, essa concepção, foi definida numa Assembleia Nacional Constituinte em 1987, que depois promulgou a Constituição Federal de 88, através do Ulysses Guimarães, que era o presidente, tanto do Congresso Nacional como também dessa Assembleia Nacional Constituinte, que foi considerada por ele mesmo e ficou conhecida como a "Constituição Cidadã".

Agora eles estão querendo fazer essa alteração. Não vamos permitir isso. Haverá grandes mobilizações. As nossas bancadas do Congresso Nacional estarão mobilizadas, obstruindo e votando contra. Agora temos que conscientizar a população de que isso é um crime de lesa-pátria, de lesa-humanidade contra a Educação, mas, sobretudo, contra o povo brasileiro.

Repito: a PEC desobriga o governo a construir novas escolas públicas para atender a demanda escolar, sendo que o Brasil tem milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos fora das escolas porque não há vagas para todos.

Então, fica aqui o nosso protesto, a nossa indignação. Vamos lutar contra mais essa PEC nefasta e perversa do governo Bolsonaro, da dupla Bolsonaro-Guedes, porque o Chile não é aqui.

Eles não vão transformar o Brasil no Chile. O Chile só é aqui quando tem mobilização. Apoiamos as mobilizações para mudar aquele sistema neoliberal selvagem privatista. Agora, eles não vão transformar o Brasil num Chile, privatizando tudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado.

O próximo deputado é o deputado Itamar Borges (Pausa.) Deputado Wellington Moura. (Pausa.) Deputado Roberto Engler. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Cezar. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Vossa Excelência tem o tempo regimental.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, quero dar ciência aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Thiago Auricchio, cancela a sessão solene convocada para o dia 22 de novembro, às 20 horas, com a finalidade de comemorar os 142 anos da cidade de São Caetano do Sul. Portanto, está cancelada a sessão solene do dia 22 de novembro. Lido.

Deputada, V. Exa. tem o tempo regimental.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente Coronel Telhada, Srs. Deputados Major Mecca e Coronel Nishikawa, deputado Carlos Giannazi, boa tarde.

Deputado Carlos Giannazi, quero dizer para V. Exa. que concordo em gênero, número e grau em tudo o que o senhor falou aqui em relação a essa questão de cortar as escolas. É um absurdo. É um absurdo o que estão fazendo com a Educação e com a Cultura neste País.

Ontem o IBGE divulgou uma notícia excelente. Pela primeira vez na História, o número de estudantes negros nas universidades públicas passou o número de brancos. Segundo o IBGE, o avanço dessa parcela da população é resultado, obviamente, do sistema de cotas. É fato que estamos numa trajetória de melhoria desde as políticas públicas que começaram a ser adotadas durante o nosso governo anterior.

Passada essa euforia inicial, a gente precisa olhar com muita cautela esses números. Se o número de ingressantes negros nas universidades públicas é maior, precisamos saber da permanência e da conclusão do curso desses alunos. Em que condições eles estão acessando o ensino superior? Porque a gente quer saber o seguinte: há cursos em que certamente existe um grande número de alunos negros. Entretanto, existem outros cursos que eles continuam sendo invisíveis.

Ou seja, a gente precisa ir mais fundo nesses dados. Para isso, também é importante, em tempos de supressão de direitos e de ataques à Educação, a gente ficar atento para que essa notícia, que é positiva, não seja usada como argumento para acabar com políticas públicas.

Porque na semana passada uma PEC, que foi apresentada por esse presidente e pelo ministro da Economia, desobrigou o Poder Público de expandir a sua rede de escolas em regiões com carência de vagas para alunos, coisa que tem a ver com o discurso que o deputado Carlos Giannazi fez há pouco. Primeiro é preciso dizer que a Educação é dever do estado e um direito do cidadão.

A intenção desse governo que está aí, mais uma vez, é retroagir os nossos direitos. Só que a Constituição Federal diz que direitos fundamentais não podem ser restringidos. Não pode haver PEC que tenda a restringir um direito fundamental. Ou seja, a gente precisa ficar atento para que mais direitos, principalmente aqueles relacionados à Educação, não sejam suprimidos ainda mais.

A gente sempre reafirma aqui, nessa tribuna, que a nossa intenção não é atacar por atacar. A gente vem aqui é para defender aquilo a que o cidadão tem direito, defender a Educação, defender a Cultura. Aliás, a única comissão a que eu pertencem nessa Casa é a Comissão de Educação e Cultura. Por isso, eu não estou fazendo absolutamente nada de mais; estou fazendo a minha obrigação. Porque Educação e Cultura, como eu sempre disse, são dois pilares que vão fazer com que esse país, cada vez mais, seja fortalecido.

Eu não entendo como é o entendimento econômico vai ser tirando os direitos fundamentais. Não dá para entender que a questão social só vai ser resolvida se a questão fiscal estiver equilibrada. Isso é um absurdo.

Você não precisa ser aluno de nenhuma universidade, não precisa estar fazendo nenhum curso superior de qualquer categoria para entender isso. Não dá para você achar que quanto pior para o povo, melhor. Porque o que está dando a entender para a gente é isso.